

## CAPÍTULO 3

### 3 A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS REASSENTADOS

#### 3.1 - Icó-Mandantes - A Área de Estudo

Nos limites deste trabalho, seria inviável atingir todos os projetos em andamento na área de Itaparica, razão pela qual limitamos o estudo à área do Projeto Icó-Mandantes, onde atuamos como Assistente Social no período de abril/93 a janeiro/96, vinculada ao Programa de Relocação da Chesf.

A título de justificativa, vale esclarecer que, além dos limites estabelecidos pela disponibilidade de recursos e pela duração da pesquisa, a opção por aquele Projeto deve-se, ainda, à experiência anterior da pesquisadora no projeto de capacitação realizado na área, em 94, com apoio da metodologia da pesquisa-ação.

Localizado à margem esquerda do lago que forma a bacia hidrográfica da UHE (Usina Hidrelétrica) de Itaparica, o Projeto Icó-Mandantes insere-se na margem pernambucana em Petrolândia, a 70 Km à Jusante da barragem, compreendendo

dois blocos e 16 agrovilas que totalizam 2.230 lotes irrigáveis numa superfície total de 16.395 ha. (Área irrigada e de sequeiro)

Por ocasião da luta dos trabalhadores, entre as alternativas apontadas para o assentamento da população rural, a ocupação da Borda do Lago foi a que se apresentou de fácil entendimento e aceitação para uma parcela substancial da população. Foi a alternativa que prevaleceu, assim justificada no plano de desocupação: *“Mudança da comunidade como um todo, permitindo a manutenção da organização social: lideranças, laços de parentesco e compadrio, vizinhança; proximidade da atual localização, facilitando a mudança; maior controle do criatório, sobretudo durante o processo de enchimento do reservatório, acesso ao lago, às margens do reservatório; reprodução do sistema de ocupação da terra, compreendendo uma faixa que se inicia na beira do rio e se prolonga pela caatinga”*. (CHESF, 1995: 79).

A ocupação do projeto ocorreu logo após a conclusão da Barragem. Foram assentadas 657 famílias, das quais 29 são de não- agricultores. Incluem-se, neste grupo, aposentados inativos e comerciantes. Em sua maioria (91,02%), as famílias procederam da “Velha Petrolândia” (área urbana) e da zona rural desse município, dos povoados de Icó, Limão Bravo, Estreito, Salinas, Estábulo, Várzea Alegre, Campinhos, Pé de Serra, Lagoa do Cipó, Chapada e Barreiras. Apenas um quantitativo bem reduzido (8,98%), correspondia a famílias oriundas dos municípios vizinhos (Floresta, Rodelas e Itacuruba), conforme indicado na tabela a seguir:

**Tab. 3.1.1 - PROJETO ICÓ-MANDANTES-Procedência das Famílias Assentadas**

<i>Procedência</i>	<i>famílias relocadas p/município</i>	<i>%</i>
Petrolândia	598	91,02
Floresta	17	2,58
Rodelas	16	2,44
Itacuruba	26	3,96
<b>TOTAL</b>	<b>657</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Plano de Desocupação do Reservatório, CHESF

Março/85

No total, uma população constituída por 1.449 pessoas, sendo 60% de menores de 18 anos (Tab. 3.1.2)

**Tab. 3.1.2 - PROJETO ICÓ-MANDANTES  
Distribuição da População Assentada  
Segundo Sexo e Idade**

<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>								<b>Total</b>
	<b>0 à 6</b>	<b>7 à 14</b>	<b>15 à 18</b>	<b>19 à 25</b>	<b>26 à 35</b>	<b>36 à 45</b>	<b>46 à 65</b>	<b>Acima de 65</b>	
Masculino	74	184	104	26	38	78	127	36	667
Feminino	102	276	128	52	46	59	95	24	782
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>	<b>462</b>	<b>232</b>	<b>78</b>	<b>82</b>	<b>137</b>	<b>222</b>	<b>60</b>	<b>1.449</b>

Fonte: Relatório de Monitoria, CHESF

Janeiro/98

Há dez anos, essa era a população jovem que trabalhava com os pais na agricultura familiar. Nesse período,

a experiência foi duramente seccionada. Sem condições de produzir, as famílias passaram a depender exclusivamente da VMT e os adolescentes e jovens passaram a procurar outros interesses, excluindo o trabalho de suas preocupações.

Das 657 famílias assentadas, 474 vivem exclusivamente da agricultura (72,14%). Destas, 288 encontram-se no Bloco 4, plantam em seus próprios lotes e contam com a orientação da equipe de ATER. As demais plantam às margens do lago e/ou de sequeiro, em geral nas áreas destinadas ao uso comum, áreas estas que foram cercadas por agricultores de maior poder aquisitivo e ex-proprietários nos seus lugares de origem. Vale notar, ainda, que existem aqueles que trabalham como meeiros em seus próprios lotes ou às margens do lago em parceria com proprietários de terras e dos meios de produção (20%, aproximadamente), reproduzindo, assim, uma antiga relação de dependência anterior, caracterizada como meia, na "beira do rio".

Entre os que se ocupam na agricultura, 12,03% dedicam-se também ao criatório. Predomina a caprinocultura (58% do rebanho na área). Trata-se, porém, de atividade complementar. O criatório é destinado à subsistência da família e serve como poupança para custeio de despesas imprevistas.

No elenco de *outras atividades*, incluem-se o comércio, a pesca, a caça de animais no campo, a prestação de

serviços nas empreiteiras da Chesf e outras ocupações, aqui representadas por 15,83% dos assentados.

**Tab. 3.1.3 - PROJETO ICÓ-MANDANTES**  
**Distribuição dos Assentados por Ocupação**

		%
Agricultura	474	72,14
Agricultura/Criatório	79	12,03
Outras Atividades	104	15,83
<b>Total</b>	<b>657</b>	<b>100,00</b>

O atraso no cronograma das obras de infra-estrutura de irrigação comprometeu seriamente a organização das atividades produtivas no Projeto. Somente cinco anos depois do assentamento, iniciaram-se as atividades agrícolas, extrapolando assim o tempo previsto no acordo realizado entre trabalhadores rurais e a Chesf em 1986. Para os agricultores, essa "entressafra prolongada" significava ócio, desmoralização, dependência; uma situação indesejada pelo sertanejo que perde a condição de provedor e teme perder a liderança e autoridade na família. Diante disto, muitas famílias procuraram trabalho em municípios vizinhos ou se deslocaram para a cidade em busca de ocupação enquanto aguardavam a instalação do sistema de irrigação no próprio lote.

O clima de expectativa em relação à implantação do

sistema de irrigação levou também as famílias assentadas a procurarem outras alternativas de sobrevivência. Na Borda do Lago, são 104 os agricultores que se dedicam a outras atividades fora do município, sendo que, 21 ocupam-se na construção civil, às vezes nas próprias empreiteiras da Chesf e nas empresas de segurança que atendem ao Projeto, como vigilantes.

O perímetro Icó-Mandantes possui manchas de solo que, do ponto de vista agrônômico, são consideradas de boa qualidade. Contudo, a maior parte destas é de textura arenosa quase inexistindo argila, apenas traços de matéria orgânica na camada superficial. São solos de baixa fertilidade, sem os elementos químicos mais importantes para o cultivo agrícola.

Agronomicamente, esse tipo de solo exige também um manejo diferenciado, sobretudo quando está sob irrigação. E por exigir cuidados especiais (de adubação, por exemplo), acarreta aumento dos custos da produção.

O tipo de solo constitui, assim, um empecilho natural para o êxito do assentamento, impondo restrições ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

A produção é de culturas temporárias, como feijão phaseolus, feijão vigna, melancia, melão, tomate de mesa, amendoim e cebola, cuja produtividade, se comparada à produção anual do Vale do São Francisco, mostra-se baixa.

**Tabela 3.1.4 - PROJETO ICÓ-MANDANTES**  
**Principais Culturas e Produtividade Média/ha**

<b>culturas anuais</b>	<b>plantada no ano (t)</b>	<b>colhida no ano (t)</b>	<b>produção no ano (t)</b>	<b>Produtividade Média (t/ha) no ano</b>
Amendoim	0,30	0,30	0,18	0,60
Cebola	6,56	4,23	68,44	16,18
Feijão Phaseolus	393,94	29,39	39,26	1,34
Feijão Vigna	11,82	19,82	12,23	0,62
Melancia	95,96	42,56	625,20	14,69
Melão	24,11	1,89	625	3,31
Melão	12,71	4,72	44,16	9,36
Tomate de Mesa	122,41	92,94	694,30	7,47
<b>TOTAL</b>	<b>667,81</b>	<b>195,85</b>	<b>1.108,72</b>	<b>53,51</b>

Fonte: Relatório CHESF: Manual de Produção

Janeiro/98

Entre as culturas perenes, são produzidas: banana, coco, goiaba e mamão, porém, são pouco significativas, de baixa produtividade e destinadas apenas ao consumo interno da família.

Apesar das dificuldades enfrentadas na esfera da produção, os produtores reconhecem as potencialidades sociais e econômicas do Projeto, destacando os serviços de consumo coletivo colocados a sua disposição.

Na área de educação, a infra-estrutura disponível no Projeto - 10 escolas da rede estadual e 4 da rede municipal - tem contribuído para a expansão das matrículas e também para o aperfeiçoamento do ensino de 1º grau na área. No ano de 1997, registrava-se um total de 183 alunos matriculados no primeiro grau maior e, ainda, 71 matriculados em cursos profissionais - Técnico- Agrícola, Magistério e Contabilidade que funcionam em municípios vizinhos, como Jatobá<sup>2</sup> e Petrolândia.

Esses indicadores sugerem novas condições de vida para a população assentada que passou a contar com a VMT, além de moradia e serviços básicos, água e energia elétrica. O equipamento social colocado a sua disposição pela Chesf, mostra-se quantitativa e qualitativamente diferenciado em relação às condições que prevaleciam na área de origem, tanto no setor de educação, como no setor saúde.

O Projeto conta com dois postos de saúde - apoiados por uma equipe de auxiliar de enfermagem sob a supervisão de enfermeira diplomada - que atendem de segunda à sexta com serviços de primeiros socorros e, uma vez por semana, asseguram atendimento médico. Possui, ainda, duas ambulâncias para transportar os casos mais graves para hospitais da região ou para outros centros especializados:

---

<sup>2</sup> Em 1995, distrito de Jatobá, antes pertencente ao município de Petrolândia, foi elevado à categoria de município (Lei nº 11.235/95)

Arcoverde, Serra Talhada e Recife.

Os agricultores contam ainda, com serviço regular de transporte, serviços de telefonia e televisão, que são disponibilizados em postos de serviço comunitários, juntamente com os Correios, facilitando a comunicação à longa distância.

Do ponto de vista da organização, os produtores contam, hoje, com a Cooperativa Agrícola e Pecuária de Icó-Mandantes Ltda., a Cooperativa Agropecuária de Icó-Mandantes e a Sociedade Agrícola do Projeto Icó-Mandantes, reunindo 305 associados, entre os quais se incluem 140 meeiros. Os dirigentes mostram-se conscientes da importância e necessidade de um processo permanente e diversificado de capacitação.

Para o processo de autogestão o papel das cooperativas é vinculado ao processo produtivo, mercadológico e da operação e manutenção dos sistemas de irrigação. Os dirigentes pretendem que as associações ocupem-se das tarefas organizativas e educativas, inclusive no que diz respeito à autogestão. Desse ponto de vista, trabalhariam como extensão das cooperativas no circuito da comercialização.

Na realização da pesquisa, esse foi um dos aspectos considerados, merecendo atenção especial a participação dos agricultores e sua representatividade nessas organizações.

### **3.2 – Apreendendo os direitos e os valores democráticos dos assentados**

Neste segundo item, segue-se a análise dos depoimentos dos sujeitos envolvidos no processo.

O que aqui se apresenta é resultante dos círculos de pesquisa realizados com os agricultores do Projeto Icô-Mandantes.

As temáticas eram escolhidas de acordo com a realidade dos agricultores e a partir da leitura do documento do consultor Plínio de Arruda Sampaio sobre "Conhecimentos requeridos para gerenciar um sistema hidráulico", tendo como eixos articuladores: História da Produção Agrícola na Borda do Lago, operação e manutenção do sistema de irrigação, problemática sócio-econômica, instrumentos jurídicos e luta por direitos adquiridos. À medida em que os círculos iam sendo realizados, procurávamos identificar na fala dos agricultores sobre esses temas, como se inseriam em suas representações os valores democráticos a partir das experiências vivenciadas com a forma de produção anterior e as atuais, ou seja, com o novo sistema de irrigação.

### 3.2.1 – Os produtores assentados e suas dimensões sociais

No processo de capacitação para a gestão participativa realizamos vinte círculos de pesquisa e catorze círculos de debates, na área de Icó-Mandantes, das quais participaram em média 15 a 20 integrantes, dentre eles tínhamos líderes sindicais, representantes de agrovilas, de grupos de jovens, mulheres e moradores em geral, que não estavam ligados a nenhum segmento organizado. Desse modo, chegamos a atingir 221 assentados que, através dessa dinâmica, se colocavam na condição contraditória de sujeitos e mediadores de sua emancipação, fazendo ressaltar os conflitos com a Chesf/Codevasf, procurando legitimidade para suas propostas, construindo, enfim, um novo campo de relações para viabilizar a mudança de posições anunciada com a proposta de autogestão.

Na primeira etapa, procuramos captar as representações dos irrigantes a respeito da organização que deveria ser montada para operar o sistema. A intenção era compreender a partir do mundo da subjetividade, ou seja, da representação dos agricultores, como estes vivenciam sua realidade social e se posicionam quanto às propostas de intervenção para modificá-la.

No segundo momento, a partir das expectativas dos irrigantes, foram trabalhadas as alternativas para formalizar a

autogestão: organização empresarial, associação, cooperativa, distrito e condomínio. No terceiro e último momento, exploramos especificamente conceitos e procedimentos relacionados à gestão participativa, considerando as perspectivas de ação a partir de situações apresentadas ou sugeridas pelo cotidiano.

O movimento e a luta conduzida pelo pólo sindical constituíram o cenário privilegiado, fomentando questões ligadas à consciência e à prática dos direitos. Principalmente, quanto à violação dos direitos de cidadania. À medida que os círculos eram realizados, as falas dos agricultores tornavam-se mais espontâneas sem a preocupação com o reconhecimento e a qualificação positiva de suas intervenções. Acompanhamos essa evolução, observando também que, no grupo, os assentados encontravam um canal de expressão de seus interesses sociais.

A leitura do cotidiano era comumente orientada pelo estudo da unidade de produção, da relação entre a produção e o mercado, como domínios que se interligam a partir de estratégias de resistência à intensificação dos modos de subordinação do produtor. Em nome da especificidade da agricultura familiar, a tendência era submeter as unidades produtivas ou as adequar a regras abstratas ou contrapor essas regras à dinâmica das estratégias familiares. Sob esse aspecto era enfatizado o peso das relações familiares e de parentesco colocando-se em primeiro plano a especificidade das relações sociais em jogo no Projeto, ao mesmo tempo, eliminando qualquer tendência à

segmentação dos domínios sociais. Observamos, por exemplo, que a condição de assentado trazia à tona uma desestruturação dos padrões de vida anterior, uma certa noção de provisoriedade, de internalização de novos padrões de conduta, novas experiências e novos projetos quanto ao futuro. A referência a uma situação de “desenraizamento” era recorrente e isso significava não apenas deslocamento físico, mas deslocamento social para a maioria dos reassentados. Afirmavam, então, seus valores fundamentais pela referência a uma realidade social que havia submergido com o reservatório e se confrontavam com uma realidade “reinventada” pelos técnicos, pelas máquinas e pela empresa. Relembavam a si mesmos enquanto indivíduos em posição de transição, a partir de um modelo artificial de estabilidade tutelado pelo Estado.

Através de depoimentos sobre sua vida de trabalho reconhecemos que esses agricultores incorporavam um saber viver que interferia sobre as relações de trabalho e produção. Incorporavam a sua história a apropriação cultural da posição de proprietário de terra e de patrão e suas possibilidades de realização como chefe de família. E justamente porque se tratava de uma apropriação cultural, era sempre através de referência a papéis e a posições ou a modelos de comportamento, no passado, que reconstruíam seu mundo social no presente.

Definem então sua história, como uma novela cujo enredo e os conflitos de interesse divergentes entre reassentados

e a Codevasf, o patrão indesejado travestido em "sistema de proteção social" lembrando as lutas travadas e as conquistas alcançadas no passado, valorizam o espírito combativo dos agricultores, a persistência em resistir às investidas do governo para transferir-lhes as dificuldades de manutenção dos Projetos e a posição monopolizadora da empresa para alcançar a autogestão na área. No seu discurso crítico "o vínculo com esse tipo de patrão" era definido como pior do que a relação com os fazendeiros que asseguravam ao trabalhador garantias de atendimento regular a sua reprodução e de sua família.

Nas entrevistas e nos círculos de debates, os produtores destacavam as experiências sucessivas de ruptura nas condições de inserção no mundo do trabalho. Queixavam-se, então, de serem encarados como meros perseguidores da sobrevivência física e social, admitindo que essa secundarização não era inocente, mas simplificava responsabilidades, reduzindo o poder de articulação entre a unidade de produção familiar e o mercado.

*"Todo mundo conhece a luta da gente. Sempre trabalhei, enfrentando essas coisas todas, isso aí é de muito tempo mas, eu tinha uma certeza, e agora eu dependo de senhor Fulano, dependendo da assistência técnica, dependendo dos técnicos, não sou mais patrão de mim mesmo (...). O pequeno produtor é sempre massacrado, tem de enfrentar essas coisas todas, preço baixo, exploração (...). O pior é quando não tem produção, aí você passa a ser de menor, o governo paga prá você não plantar, não vender, não trabalhar".*

Os pequenos produtores que compartilhavam

dessa vivência referiam-se à verba de manutenção que ainda lhes era assegurada pela Chesf e a institucionalização das relações de poder ao mesmo tempo, porém, que criticavam a interferência do Estado na sua atividade econômica - e até mesmo na realização de sua individualidade - os assentados reclamavam essa participação em termos de investimentos na infra-estrutura do Projeto e do posicionamento do Estado "ao pretender eximir-se de responsabilidades via proposta de autogestão" desses Projetos.

A partir dessas perspectivas que revelam as relações sociais que os pequenos produtores vêm construindo no Projeto, procuramos analisar expressões da formação democrática desses agentes. Como a proposta de emancipação (autogestão) vinha mobilizando sua participação, privilegiamos esta situação, a partir da qual os produtores assentados integram as experiências e as visões de mundo que lhes definem socialmente.

### **3.2.2 – Os produtores assentados, o poder e a participação**

Já assinalamos a diversidade de posições constituídas no Projeto e a diferenciação social em curso, que expressa os deslocamentos provocados pela forma como se dá o processo de assentamento e modos variados de participação dos

agentes no jogo de forças sociais. A análise mostra, no entanto, que essa diferenciação excede o aspecto econômico e produtivo.

Nos círculo de pesquisa era freqüentemente apontada como razão das lutas internas a variação da renda. A análise mostra, no entanto, que as disputas e competições internas entre os produtores também assumem dimensões políticas, acompanhando o processo de redefinição e sistematização de valores que os qualifica para a inserção no "campo social" do Projeto Irrigado.

O caráter democrático do Projeto foi apontado várias vezes como uma das principais diferenças em relação a empresa privada. Por isso, mesmo, a discussão da proposta de autogestão reclamava outros parâmetros. A apropriação do produto pelos irrigantes, a partir de uma relação direta com o trabalho e não com o capital remetia, à discussão da organização na produção e, nesse quadro, à questão da participação e da representação.

O ideal de autogestão é tomado, então, como o "aprendizado da participação", aparecendo nas representações dos assentados associado à noção de direito:

*"Aqui, a participação contribuiu para garantir o direito à terra."*

Mas a participação também é apontada como

enfrentamento:

*“A primeira greve que fizemos foi na cascalheita. A polícia trouxe um carro d’água jogando na gente e ameaçava com bomba de gás para jogar no pessoal que era para eles deixar tirar o cascalho. A gente não deixava porque tava tirando a terra. Foi uma reação que mostrou a força política dos produtores e reforçou nossa organização.”*

A experiência sugere organização, persistência que se confirma em vários depoimentos:

*“A lição que ficou é que aprendemos a nos organizar para conquistar nossos direitos.(...) Mas se a gente não tivesse se organizado, tinha apanhado mais que galinha no chôco.”*

Na expressão do valor da luta, o reconhecimento da necessidade e da possibilidade de enfrentar a Chesf, tida como repressora. As questões colocadas, com a mediação dos técnicos, registram, porém, a “mudança de tom” quando se trata de assegurar a participação no projeto gestor.

Além de considerar os companheiros “muito conservadores, reconheciam uma sobrecarga de demandas por participação, como se todas as questões tivessem de ser discutidas e decididas por todos. Nesse sentido, passava-se a considerar a importância de contar com os mais politizados, admitindo mesmo que a convocação à participação poderia tornar as pessoas indiferentes, apáticas, comprometendo a eficiência da administração.

*“A dificuldade que eu acho é para juntar as pessoas para decidir. A gente chama, ninguém aparece (...) e o pior é que cada um pensa de um jeito. Não chega a ter desavença, mas é muito difícil.”*

Outros vão mais longe na sua crítica, considerando que o “excesso de participação” tem um preço e pode matar a iniciativa ainda no nascimento. *“Tudo em excesso, mata”*. Esses limites eram exemplificados com as situações relacionadas à comercialização, ao manejo dos aspersores e às situações do cotidiano, mostrando os conflitos e as dificuldades de negociação.

Defender a participação constituía-se, na verdade, um pressuposto ditado pela experiência, compartilhado por todos. Mas como operacionalizar esse princípio? O que nos parece especialmente importante retomar é a discussão desse desencontro entre o direito/dever de participar e o reconhecimento do direito de livre expressão. Acionados, de um lado pelo critérios de produtividade e eficiência internalizados pela Codevasf e, de outro, pelo ideal de democracia desejada, os produtores dividem-se e se confundem ao tratar do exercício da prática democrática. A “indiferença dos participantes” é um dos argumentos mais curiosos, desenvolvidos pelos produtores quando se trata de abrir canais de participação. Marcados por séculos de política oligárquica- com todos os males do coronelismo, do clientelismo- há ainda receio de tornar inviável qualquer iniciativa “com o povo na base”.

Acresce, ainda, o sentimento de inferioridade

alimentado pela baixa escolaridade, em contraposição ao saber dos técnicos historicamente legitimado para construir o sentido das ações dos "outros". Devendo participar de mundos sociais cuja produção e objetividade de regras ainda não dominam, seu comportamento sustenta-se em reflexões fundadas na comparação e na suposição plausível ou previsível. Através dessas comparações propunham iniciativas, elaboravam censuras, confrontavam saberes que percebiam como distintos porque construídos a partir de pontos de vista diferentes e de interesses diversos. Suas interpretações e modos de explicação da realidade eram relativizados com contra-argumentos, com subterfúgios ou mesmo com silêncios que, de certo modo, conformaram o desconhecimento cultural de si mesmos:

*"Com a Chesf, Codevasf e o técnicos de cima, quando ocorre um problema no lote como vazamento ou quebra de aspersores, passa três dias para consertar; imagine um vazamento com a gente tomando conta, sem ter condições (...). Avalie ainda se a gente tem de chamar os outros para decidir o que vai fazer."*

Convém distinguir porém, nesse descompasso, a preocupação dos produtores com a estrutura da organização que deveria assumir os destinos do Projeto, o acesso de pequenos e médios produtores, a repartição do poder entre os membros, coincidindo, aliás, com as preocupações das entidades oficiais. Reiteradamente foi salientada a ameaça do poder econômico, além da corrupção que, em geral, tem inviabilizado as cooperativas no Brasil. A contra-argumentação foi imediata:

*“Por que a gente seria mais propenso à corrupção do que os outros? A gente tem condições (de administrar o Projeto) desde que seja organizado.”*

Um outro agricultor complementa:

*“Temos que ter bons dirigentes porque depois de escolher, todo mundo vai embora e as decisões ficam praticamente com o presidente.”*

Na discussão, outros agricultores esclarecem:

*“Nós temos condições de gerenciar este projeto, basta que acreditem em nós mesmos e teremos condições de plantar para exportação, como por exemplo, o melão. Agora é preciso organização e união para obter treinamento e assistência técnica da Chesf.”*

*“Aprendemos a nos organizar para conquistar a terra; escolhemos o lugar. O que hoje temos é uma conquista: casa própria, lote, escola, transporte e posto médico. Vamos administrar o que é nosso.”*

Sobressai a defesa do “poder aos produtores”, a necessidade de reconhecimento público da autonomia do grupo e do seu status político. A distribuição do poder é trazida à discussão, de maneira tímida, mediante a abordagem do processo de decisão.

No entendimento dos produtores, a participação democrática só ocorre quando o sujeito “participa ativamente”, ou seja, quando toma decisões coletivamente sobre assuntos que são de interesse do grupo.

Essa é a perspectiva dos produtores, por exemplo, quando avaliam a proposta de autogestão:

*“Eu não concordo com isso. Este Projeto é dos trabalhadores, não é um projeto do governo”.*

*“Também não concordo com isso. Uma coisa é o que os outros vão fazer por mim, e isso não dá certo. Eu sou o dono da minha casa e ou outros é que vão governar? O que é isso, rapaz? Eu acho que a Chesf pode sair, mas a Codevasf é difícil. A Codevasf é uma empresa que trabalha com isso (produção irrigada). Iniciou Barreiras, passou prá cá, deve continuar. Essa proposta de autonomia é fachada.”*

Contido nestes depoimentos aparece um discurso onde os assentados revelam o desejo de gerir o Projeto e lhe imprimir a própria marca dos trabalhadores. Com essa perspectiva, avançam na vontade de romper com o paternalismo, admitindo a efetivação de suas potencialidades, embora lhes pareça problemática a autonomia acenada pelo governo. Para os produtores assentados a autonomia é mais do que a capacidade, é a possibilidade do cidadão suprir suas necessidades vitais (nas quais se incluem as necessidades sociais), mas também o direito de pensar e agir por conta própria. Ou seja, supõe condições de respeito às idéias individuais e coletivas. Supõe liberdade de relação com o mercado, e também, com o Estado. Supõe, enfim, a possibilidade de exercício de sua liberdade tendo reconhecida a sua dignidade.

A autonomia assim idealizada é a própria condição de cidadania. Ao se voltarem para sua situação no Projeto, os assentados colocam em primeiro plano a representação e a

defesa de seus interesses sem qualquer cerceamento a sua expressão, até mesmo por via partidária. Esse ponto sobressaía nas discussões dos grupos, sendo apontado como fator fundamental para a adoção de procedimentos democráticos e a convivência com as práticas associativas.

### **3.2.3 – Solidariedade e cooperação - a base da autogestão**

A análise dos depoimentos dos assentados sugerem que a organização atual do Projeto não é suficientemente efetiva para garantir condições de gerenciamento compatíveis com os ideais da gestão participativa apresentados. O agricultor reconhece que sua inserção nos caminhos da organização através das reuniões, discussões e reivindicações é sempre um desafio. Embora a participação fique necessariamente na proposta de autogestão, a diversidade de opiniões nas reuniões é questionada: *“É difícil. Se todos falassem pela mesma boca só; mas alguns querem, outros não querem. É como uma constituinte, demora uns três anos para se tomar uma decisão.”*

Os agricultores também trouxeram para a discussão suas representações sobre os valores democráticos da cooperação e da solidariedade na perspectiva da organização. A cooperação é entendida como reforço à atividade produtiva, mas

também um princípio que rege as práticas associativas.

A proposta de autogestão passa a ser melhor compreendida no entanto quando os agricultores avaliam suas possibilidades relacionando as oportunidades de cooperação, o exercício das práticas associativas e os limites que se colocam à autonomia, ou seja, quando os agricultores consideravam a possibilidade de se afirmarem como cidadãos e descobrem as oportunidades que se apresentam ao se habilitarem ao gerenciamento das ações coletivas no Projeto. Sem dúvida identificadas, principalmente quando se sabe da distância entre povo e órgãos de decisão.

Sem retórica, o agricultor mostra-se consciente da relação autoritária entre governantes e governados e procura na institucionalização das práticas de participação uma forma de assegurar organização democrática no Projeto. Nesse sentido são valorizadas as associações, criadas para atender às necessidades e reivindicar os direitos sociais da população assentada. E assim é justificada a iniciativa:

*“Para as coisas serem bem dirigidas tem que ter a participação de todos(...) Com brabeza não se resolve nada. Por isso nós precisamos de maior participação, chegar junto e puxar eles para resolver os problemas.”*

A afirmação é explícita: É preciso envolvimento, compromisso e, sobretudo, persistência e responsabilidade. Há quem compreenda que:

*“Existe uma parte que não participa porque não quer, então a gente tem que começar a fazer essas pessoas entenderem que suas ausências nas reuniões prejudica no que temos para decidir sobre o rumo desse Projeto.”*

Na palavra de um outro agricultor, a ausência das reuniões pode contribuir para a falta de informação, o que acarretaria despreparo na resolução dos problemas. O acesso à informação é defendido como um direito/dever da administração possibilitando a definição de prioridades e o controle das áreas executadas. Nesse sentido é a própria base do processo decisório.

*“Aqueles que vão a reunião de sua associação entendem o que se passa e podem julgar; aqueles que ficam nem sabem o que ficou decidido, como se os problemas não fossem relacionados também a seus lotes.”*

As associações permitem a mobilização do interesse a partir da prestação de serviços e abre possibilidades de ampliação da comunicação contribuindo para a formação democrática dos agricultores.

*“O Projeto tem a pretensão de capacitar a gente pra se organizar e só vejo esse projeto sendo administrado pela gente se houver interesse do pessoal pra resolver os problemas. A formação de uma associação influi para mudar o pensamento desse povo que trabalhou diferente, independente, sozinho, sem se reunir para decidir.”*

A defesa das práticas associativas acompanha o reconhecimento do direito de associação e, ao mesmo tempo,

ressalta a importância da capacitação dos agricultores para o êxito do processo de organização. A participação é entendida como processo, envolvendo compromisso mas também uma mudança comportamental, expressa em manifestações de solidariedade como explicita um dos produtores assentados:

*“Muitos aqui não têm experiência em trabalhos comunitários, não compreendem o que significa participar de um projeto onde a opinião e o direito do outro tem que ser respeitada. Já vi gente botar 36 aspersores no lote ao invés de 12, e na reunião a gente falar que ele tá errado e ele sair brabão.”*

Nas representações dos agricultores, a participação é um processo de auto sustentação. O seu exercício estimula a construção da identidade coletiva, o respeito aos direitos do outro, a preservação dos direitos políticos e sociais. Com esse objetivo, defendem igual oportunidade de acesso aos direitos e também a institucionalização de direitos sociais numa ótica de participação não outorgada, sem sentido de privilégio.

A cada círculo realizado os agricultores formulavam questões a respeito dos procedimentos a serem adotados para a escolha dos prováveis administradores do Projeto e, ao mesmo tempo, reafirmavam seu ponto de vista a respeito do exercício da liderança, abordando seus limites, as dificuldades para obter reconhecimento e legitimidade perante o grupo, condições que qualificam ou desqualificam um líder. Sobressai nessas discussões porém, o reconhecimento de sua condição de subalternidade, de dominação, de exclusão, levando a



habitual negação de suas potencialidades. O sentimento de desconfiança e insegurança mescla o desejo de auto dirigir-se, induzindo à busca de um líder.

*“Tem que Ter um superior que entenda mais do que a gente; para que possamos aprender com ele mais tarde alguma coisa ...”*

E acrescenta:

*“Tem que ter cabeça para resolver as coisas com a associação; um cara estudado, que sabe mais do que os outros e que vai buscar tudo o que a gente precisa.”*

É possível observar que, no entendimento dos agricultores, o procedimento democrático convive com o “saber de dirigentes bem intencionados.” O que importa é chamar a atenção para as qualidades morais desse dirigente:

*“Não é aquele que tem dinheiro, é aquele que sabe lidar com jeito e resolver as coisas.”*

*“Um bom líder tem de ser honesto, responsável, sabido. Por ai à fora tem muitos que só são líderes para tirar vantagem no melhor.”*

Suas representações sobre a liderança revelam que as novas relações sejam construídas a partir do desenvolvimento de posturas menos autoritárias, mais solidárias:

*“Líder é aquele que pensa no coletivo, na direção de sua comunidade e na sua solidariedade. O que vale não é a sua vontade mas sim, o que decidimos junto com os outros.”*

No entrecruzamento de suas representações perpassam o perfil do dirigente ou líder, democrático e a noção de liderança que supõe decisão partilhada, reciprocidade e comportamento coletivo. Legitimidade e competência, sim mas num quadro de expectativas e condutas responsáveis.

Essas premissas são apontadas quando se referem a seus representantes como os dirigentes das associações e do sindicato. Para os agricultores é preciso que eles garantam seus interesses e necessidades. Colocam, em primeiro lugar, a socialização das informações. Na sua visão se alguém aceita o direito de agir em nome do grupo, tem de contribuir para a satisfação das necessidades desse grupo – pode ser através de um apoio direto pelo fornecimento de bens e serviços (*“manda o transporte para carregar até a feira”, “arranjar o dinheiro para consertar a bomba”,* por exemplo) ou de um apoio indireto (*“divulgar notícias pelo rádio”, “mostra as prestações de contas”, “ensina a melhor forma de conseguir assistência técnica”,* etc.). Os representados têm o dever de exercer o controle sobre seus representantes. De seu ponto de vista, nessa relação representantes e representados são iguais. Persiste o reconhecimento de que uns e outros são capazes de participar do processo gestor.

Entre os agricultores, a noção de direitos sociais se confunde entre a idéia de prestação de serviço, como direito adquirido, conquistado ou como benefício do Estado. Na primeira visão há rebatimento à idéia de favor, tutela. É a expressão ampla

do direito. Por isso, asseguram: *“O que temos hoje é uma conquista, os documentos assinados por Aureliano e o presidente da Chesf garantindo esta irrigação, a casa própria, transporte e escola.”*

Em seus depoimentos, destacam a importância de sua participação na luta com o sentimento de conquista, de experiência com a organização vivenciada que os acompanha. A representação do direito vem associada também à idéia de persistência. *“Há mais de dez anos o sindicato esta lutando; hoje, lembramos que nos reunimos e o povo ocupou o pé da barragem.”* Um outro agricultor recorda: *“Não tinha água tratada, professores formados, médicos, hoje temos tudo isso. Hoje temos menos analfabetos; tudo isso foi fruto dos nossos direitos conseguidos com o acordo assinado com a Chesf. O nosso direito não é de boca, não!”*

Se considerarmos as reais circunstâncias do assentamento de Itaparica, fruto de uma política de governo pautada num programa autoritário de desenvolvimento, veremos que as circunstâncias não os conduziam ao exercício do direito de opinar ou de decidir levando em conta suas aspirações e possibilidades. O processo de sindicalização nesse tipo de assentamento compulsório se dá em meio a relações de dominação. A conquista dos direitos da cidadania torna-se difícil. A tendência é a reprodução das relações de dominação. Os assentados ficam presos a relações sociais, econômicas e políticas que os colocam em situação de dominados. Para se libertar, essas pessoas precisam se organizar.

Segundo os entrevistados, é através dessa organização que se fortalece a construção da cidadania e se torna possível a defesa dos direitos diante do poder oficial, sem subserviência ou clientelismo.

Para os assentados, os direitos adquiridos são fruto da participação, da conquista da população. Na discussão dos círculos, a história de luta esteve sempre presente. As melhorias obtidas eram identificadas como instrumentos de inclusão social na medida que atendiam minimamente a um padrão básico de sobrevivência. A luta se colocava, portanto, como base de conquista da cidadania.

Nos círculos referentes à comercialização da produção a discussão permitiu aprender a visão do coletivo entre os agricultores. Comercialização e irrigação são processos onde se coloca à prova o respeito aos interesses do outro. No Projeto, conforme observamos, as divergências se expressam deste o primeiro momento, quando os assentados tomam conhecimento da estrutura e funcionamento do perímetro, ou seja, quando se confrontam com a diferença entre patrimônio individual e patrimônio coletivo. Como esclarece este agricultor:

*“EB (estação de bombeamento), cerca, adutora, cancela, estrada e energia é coletivo. Aspersores, lote, registro e individual.”*

A preocupação com as normas de convivência e o

reconhecimento dos limites de cada um faz parte do cotidiano:

*“Eu acho errado não ter um registro em cada lote(...) Pois é, não é justo. Se eu não usar o mesmo tanto d’água, vou pagar que nem ele?”*

Discussões como esta, eram frequentes nos encontros de agricultores. Em evidência, a falta de recursos financeiros para compra de insumos, defensivos, pagamento de transporte, mão-de-obra, etc que passa a fazer com que os agricultores reconheçam e busquem novas formas para superar as dificuldades. A união surge como estratégia: *“Se não tiver união, o agricultor não pode procurar preço lá fora. Se sabe que nós tá desorganizado, ele impõe o preço.”*

Inúmeros problemas e dificuldades aparecem, entretanto, quando eles se organizam para produzir. Entre outras, a partilha do poder, a definição de responsabilidades. Alegam, nesse caso, *“a falta de consciência coletiva. Um não conhece o direito do outro.* Equivale a dizer que há uma tendência a burlar ou manipular atribuições e responsabilidades, quando o lucro está em questão. As decisões ficam apenas nas intenções, apesar das convicções democráticas constantemente reafirmadas.

O coletivo é também confundido com o geral. Outras, é tudo que é de uso comum. Sobressai, no entanto, que esse coletivo se constrói na união:

*“O Projeto é bem de todos; é na base da combinação,*

*cada um deve respeitar o horário de irrigação do outro e com base no controle sincero vai Ter que estar unido como time de futebol. É preciso ter comportamento."*

A participação nas responsabilidades coletivas, porém, não é fácil, assim como entrosamento entre produção e administração. Trata-se de noção que não é de fácil entendimento. Surge, na discussão, o reconhecimento dos gastos e dos problemas individuais. É preciso que haja equilíbrio e entrosamento. Está em questão, também, a importância da disciplina, já que a irrigação, a produção e a comercialização supõem o cumprimento de determinadas normas, horários, frequências, controle e planejamento.

Para os agricultores, essas exigências estão na mesma base da solidariedade, daí resultando uma combinação coletiva. O procedimento democrático é representado como "o direito de ter direitos". Assim, a disciplina é condição necessária para construir relações de igualdade e solidariedade. Ao participar da elaboração das normas e tratando de cumpri-las, cada um se faz igual ao companheiro. Para os assentados, as normas são critérios para preservar a igualdade e solidariedade na divisão do trabalho.

Com esse posicionamento, questionam a proposta autogestionária, indagando se a liberdade prevalecerá sobre a autoridade da Codevasf. Mostram-se apreensivos quanto à possibilidade de livre expressão da vontade coletiva. A presença

do Estado gera desconfiança, mas, ao mesmo tempo, a privatização representa, para os agricultores, a saída da Chesf e, com ela, a perda dos recursos financeiros para tocar o empreendimento.

Esse percurso da incerteza provoca debates acirrados, onde a busca da dignidade e da construção da cidadania ocorre sob o signo do autoritarismo e da pobreza, e os referentes próprios dessa cidadania estão em permanente confronto.

Na linguagem cotidiana dos agricultores, a liberdade é condição necessária e aparece vinculada à capacidade de tomar decisões: *"Para efetivar o projeto de emancipação, o agricultor terá de assumir, saber escolher livremente, por conta própria."* Na discussão, um outro agricultor salienta: *"emancipar é a própria pessoa tomar decisões."*

Esta visão foi compartilhada, sobretudo, num dos círculos sobre emancipação. Nas discussões aparece também uma relação direta entre emancipação e a importância do trabalho: *"só com o trabalho é que obteremos emancipação."* O trabalho representa a saída, o caminho para a autogestão. O mesmo agricultor termina a frase dizendo *"... sem produzir, seremos escravos."* A discussão aprofunda-se mais ainda com a intervenção de um representante do pólo sindical. Ao mesmo tempo que lança a interrogativa para o grupo, ele mesmo responde, indagando: *"como vamos nos emancipar se a gente não tomar conta de nossas decisões?"*

*A gente tem que saber escolher livremente (...)*". Há consenso no grupo. Um outro agricultor se esforça e diz *"emancipar é tornar-se liberto, caminhar com seus próprios pés, porém, temos que está preparados."* A idéia de estar capacitado vem formulada na perspectiva de superar entraves, de estar apto para a produção. É o auto reconhecimento de suas potencialidades.

Como este agricultor expressa:

*"Emancipar é tornar-se independente, ficar livre. Por exemplo: uma cidade, ela vai sendo um povoado, uma vila, até se emancipar, quer dizer, emancipar é a pessoa se livrar de um monte de coisas. É praticamente a pessoa assumir aquilo que é de sua responsabilidade."*

Mas, uma condição que apresentam para essa emancipação é o trabalho. Tomando como referência suas condições no Projeto, o agricultor prossegue:

*"Hoje eu não trabalho, não sou mais homem."* (depoimento de um agricultor que sempre trabalhou como meeiro e hoje ainda não recebeu seu lote. Lote com problema de solo).

Para os agricultores, o fato de ficarem impossibilitados de tocar suas atividades deixa-lhes um sentimento de fracasso, de incapacidade. É um desrespeito a sua condição de produtor, a condição de dependência.

Nesse sentido a cidadania é trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que os valores democráticos da união e da solidariedade não são tão somente desejáveis mas, necessários ao crescimento de todos. Servem para fortalecer no enfrentamento dos limites; limites estes que apareceram representados nos problemas relacionados com a comercialização; no manejo dos aspersiones ou até mesmo nas divergências de opiniões entre si. Entretanto, sabemos que nas relações entre si, surgem os conflitos, porém não chegam a representar desavenças. O respeito à liberdade de expressão de cada um aparece nas diferenças de opiniões.

O ideal de gestão a ser almejado confronta-se, sob pena de não conseguir levar a bom termo, principalmente quando as dificuldades aparecem.

Na realidade, é de fato o que pesa para os agricultores quando recai sobre eles a responsabilidade de assumir a operação e manutenção do perímetro.

Nas reais circunstâncias vividas pelos reassentados, anteriormente ao assentamento, o cenário sempre foi

desfavorável ao desenvolvimento, ao fortalecimento da identidade coletiva. Ultrapassar a barreira do individualismo não é tarefa fácil.

Os produtores sabem ver as vantagens e desvantagens da venda individual e coletiva. Muitos sabem a importância da coletividade e sabem que só vão pra frente se estiverem unidos. A própria configuração do Projeto estruturalmente é coletiva.

A necessidade de fazer deste assentamento um modelo, posto no aprendizado da democracia, vai abrindo um horizonte para construção de uma cidadania diferente. O que só seria possível mediante a construção de novos valores, o da igualdade de direitos e da participação efetiva.

Aos poucos os agricultores começavam a perceber que o primeiro passo para construção desta cidadania foi dado no momento da luta pela conquista do assentamento.

Diríamos assim, que, o exercício da cidadania deve contribuir para que os indivíduos tornem-se capazes de assumir e gerenciar o perímetro.

O exercício da cidadania aparece associado à idéia de autonomia. Para os agricultores, a lição que obtiveram através da luta garantiu-lhes não só a posse da terra, mas também

assegurou-lhes o direito à assistência técnica e melhorias das condições de vida.

A análise das representações dos agricultores assentados no Projeto em estudo permitiu também considerações significativas a respeito de sua formação democrática com possíveis implicações no processo gestor do Projeto.

A gestão participativa é identificada a partir do reconhecimento de algumas premissas, como: a importância da participação, da união e, sobretudo, das decisões coletivas, onde todos possam opinar sobre formas de produção, de comercialização e administração.

Na realidade, a formação democrática desses agricultores é um processo em permanente construção.

A análise das intervenções no treinamento mostrou que os agricultores reconhecem a necessidade de fortalecer o trabalho coletivo no âmbito da produção e da organização.

Esse modelo de organização passa necessariamente pelo aprendizado do processo gestor e da relação desse com a emancipação do Projeto.

Em seguida vem o reconhecimento da necessidade de argumentação, o que resultaria numa inserção política, na democracia deliberativa. Aparece também a busca da

autonomia, da autodeterminação pelo rompimento das barreiras individualistas. Importava, também, vencer as diferenças pessoais.

Uma outra questão identificada tem a haver com a relevância dos recursos econômicos para assumir o empreendimento: adquirir condições para competir no mercado. Não haverá avanço no exercício dos valores democráticos se os agricultores não tiverem o controle das decisões, se não souberem participar e usufruir dos rendimentos da produção.

As idéias e a compreensão dos valores democráticos, aparecem para os agricultores, articuladas às visões de mundo que os cercam. São imagens de uma realidade vivenciada e atrelada a modelos culturais engendrados por uma corrente ideológica de dominação. De certo que a luta pela garantia do reassentamento contribuiu para formulação de novos conhecimentos na construção de uma nova leitura da realidade. A partir da internalização de novas práticas associativas de produção.

Nessa perspectiva, sinalizaram primeiramente a sua inserção na luta pelo assentamento. A experiência permitiu que estes contracenassem como sujeitos de uma ação política, mesmo que de forma preliminar. O resultado foi o fortalecimento de suas potencialidades, o respeito e o reconhecimento de novos direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Agricultura no nordeste:** apreciação e sugestões de políticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura e capitalismo.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área da irrigação do sub médio São Francisco. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1883.

ARAÚJO, Maria Lia C. de. **Na margem do lago:** um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Massangana, 1990.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 70. ed. Lisboa, 1979.

BARREIRAS, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines:** conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Cidadania e democracia. **Revista de Cultura e Política.** Lua Nova, 32, p. 5-16. São Paulo: Tec Art, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRANCO, Catulho. **Energia elétrica e capital estrangeiro no brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas:** um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

CHESF/CODEFASV. **Avaliação do Reassentamento da População Rural de Itaparica – 2ª fase**. Relação dos quadros da 1ª fase da monitoria. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

CHESF/CODEVASF. **Avaliação da operação e manutenção** (mar./93-fev./94). Petrolândia(PE): HIDROSERVICE; GERSAR, 1994.

CHESF/CODEVAF. **Estudo preliminar das condições de operação e manutenção dos equipamentos coletivos de irrigação da borda do lago de Itaparica**. Petrolândia(PE): HIDROSERVICE; GERSAR, 1993.

CHESF. **Levantamento físico-ambiental e sócio-econômico dos municípios atingidos pela barragem de Itaparica**. Recife, 1987.

**CHESF. Manual de orientação ao reassentamento da população rural de itaparica. v.1. Recife, 1986.**

**CHESF. Manual de orientação ao reassentamento da população rural de itaparica. 2 Versão. Recife, 1987.**

**CHESF. Plano de desocupação do reservatório de itaparica. Recife, 1985.**

**CHESF. Plano de implantação do reservatório de itaparica: proposta para operacionalização dos Projetos de Irrigação. Petrolândia(PE), 1987.**

**CHESF/CODEVASF. Plano Geral de organização dos agricultores para autogestão dos equipamentos coletivos de irrigação. v.1. Proposta técnica. Petrolândia(PE): HIDROSERVICE; GERSAR, 1993.**

**CHESF. Relatório de atividades do projeto icó – mandantes. Petrolândia(PE), 1989. Relatório nº 2.**

CODEVASF. **Proposta de capacitação dos produtores rurais:**

consultoria dos projetos especiais. Petrolândia(PE), 1993.

COSTA, André Alexandre da et al. **Lições da nossa prática:** um

manual participativo de capacitação. 2.ed. Recife: Assocene, 1987.

COSTA, Beatriz. Trabalhadores associados na produção: um

modo de pensar a sua luta. **Cadernos de Educação Popular**, 15. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular.

**Cadernos de Educação Popular**, 1. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública.

**Revista de Cultura e Política**. Lua Nova, 36. p 55-64. São Paulo. Tec Art, 1995.

COVRE, Maria de Lourdes, et al. **A cidadania que não temos.**

São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANIEL, Celso. Gestão local e participação da sociedade. In:  
Vilas Boas (org) **Participação popular nos governos locais.**  
Polis nº 14. São Paulo, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** São  
Paulo: Autores Associados., 1995.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 2.ed. São Paulo:  
Cortez., 1993.

DEMO, Pedro. Minoridade dos mínimos sociais: encruzilhada da  
Assistência Social no mundo de hoje. **Revista Serviço Social  
e Sociedade**, 55. p 39-69. São Paulo: Cortez, 1997.

Diário Oficial, 31. **Plano Nacional de Desenvolvimento (III  
PND).** 1980-1985.

D'INCAO, Maria Conceição, Roy, Gérard. **Nós, cidadãos:**

**aprendendo e ensinando a democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia fria:** acumulação e miséria. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. et al. **Vivendo e aprendendo:** experiência do idac em educação popular. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social,** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes et alli. **Pesquisa participante**

e educação. São Paulo: Cortez, 1984

GOUGH, Ian, DOYAL Len. O direito a satisfação das necessidades. *Revista de Cultura e Política. Lua Nova*, 33, p 97-121. São Paulo: Tec Art, 1994

GUEIROS, Maria José Galvão. **Serviço social e cidadania** Rio de Janeiro: Agir, 1991.

GUTMANN, Amuy. A desarmonia da democracia. *Revista de Cultura e Política. Lua Nova*, 36, p. 5-37. São Paulo: Tec Art., 1995.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Revista de Cultura e Política. Lua Nova*, 36, p. 39-53. São Paulo: Tec Art, 1995.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O serviço social na era dos serviços**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento.**

4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Carlos Estevan. **O circuito do poder: democracia, participação e descentralização.** São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

OSTROVITIANOV, Konstantin Vasilevich. **Modos de produção pré-capitalistas.** São Paulo: Global, 1988.

PERRUSI, Arthur. **Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria.** São Paulo: Cortez, 1995.

PINTO, João Bosco Guedes: **Pesquisa-Ação: detalhamento de sua seqüência metodológica.** Recife, 1989.

**PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. 3º PND Período: 1980-1985.** Diário Oficial nº 31, 1985.

RENATO, Raul Boschi, et al. **Movimentos coletivos no brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, Cleide Maria Batista. **A prática do serviço social no projeto Icó-Mandantes: uma experiência em ação educativa**. Recife, 1992. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Associativismo, UFRPE, 1992.

RODRIGUES, Iran Jácome. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1990.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Ivandro da Costa. **Pesquisa confronto sobre cultura popular: lições de uma experiência do setor público**. In:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. 7.ed.  
São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Fulgêncio Manoel da. **O acampamento na hidrelétrica de itaparica**. Petrolândia: Equipe de Comunicação Sindical, 1986. (folheto de cordel)

SILVA, Neide Maria da et al. **Movimento de bairro**. Recife: Etapas, 1988.

SILVA, Sérgio S. **Valor e renda da terra**. São Paulo: Polis, 1981.

SINATORA, Amilton et al. **Política agrária**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 55. p. 9-37. São Paulo: Cortez. 1997.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Os direitos sociais dos desassistidos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1979.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

THIOLENT, Michel: **Notas para o debate sobre pesquisa-ação: repensando a pesquisa participante**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TINOCO, Jesus Enrique. **A participação no processo da gestão**. Recife: UFRPE, 1993.

TOZETTO, Luimar José et al. **Uma metodologia ... um jeito de trabalhar**. Brasília: CODEVASF, 1989.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VITA, Álvaro de. O lugar dos direitos na moralidade política.

**Revista de Cultura e Política.** Lua Nova, 30. p. 5-34. São Paulo: Cortez, 1993.

WARREN, Ilse Scherer, KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul.

São Paulo: Brasiliense, 1986.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de movimentos sociais.** 2.ed.

São Paulo: Loyola, 1993.

WEFFORT, Francisco Correia. **Qual democracia?** 2.ed. São

Paulo: Companhia das Letras, 1992.

## Referências

Rodrigues, Cleide Maria Batista  
Formação democrática e gestão participativa  
no perímetro irrigado de São-André, 1999  
125 folhas: Dissertação mestrado Universidade Federal  
de Pernambuco CCSA - Serviço Social

## ANEXOS

- Foto 1  
Mapa da Borda do Lago Itaparica – Petrolândia (PE)
- Foto 2  
Mobilização dos trabalhadores rurais em frente ao sindicato de Petrolândia. 03/12/86
- Foto 3  
Ocupação da barragem em 06/12/86. Itaparica – Petrolândia (PE)
- Foto 4  
Antes do reassentamento. Capela de Sabiucá, zona rural de Floresta
- Foto 5  
Antes do reassentamento. Zona rural do povoado de Icó-Mandantes, Petrolândia (PE)
- Foto 6  
Agrovia 5. Projeto Caraíbas
- Foto 7  
Módulo de práticas agrícolas sobre adubação
- Foto 8  
Amontoa de amendoim realizada por assentados no Projeto Icó-Mandantes
- Foto 9  
Realização do círculo de pesquisa sobre organização. Agrovia 6 – Bloco 4, Projeto Icó-Mandantes